



## O arcebispo impresso: as relações entre história, memória e jornais teresinenses a partir das narrativas jornalísticas sobre Dom Avelar Brandão Vilela<sup>1</sup>

Sônia Maria dos Santos Carvalho<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Piauí  
Universidade Estadual do Piauí  
Instituto de Ensino Superior Raimundo Sá

### Resumo

Este artigo, no campo da interface entre História e Comunicação, põe na centralidade de produção do saber histórico, periódicos produzidos em Teresina (PI) entre os anos 1955 e 1965. Toma para análise *O Dominical*, semanário católico fundado em 1948 pela Diocese de Teresina e o *Jornal O Dia*, diário teresinense fundado em 1951. O objetivo é refletir sobre estas fontes, observando os seus lugares sociais de fala e as relações entre memória, história e periódicos, através das narrativas que abordam Dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo da capital entre os anos de 1956 e 1971. Nas narrativas jornalísticas foram observadas tanto a visão da imprensa sobre a religião católica - no caso do *Jornal O Dia* - quanto os usos que a igreja fez da imprensa escrita no desenrolar cotidiano de suas atividades junto aos fiéis na capital, pelos textos de *O Dominical*.

**Palavras-chave:** Impressos; história; memória

### Introdução

Sem pudor, este artigo retira da periferia e põe na centralidade de produção do saber histórico, periódicos produzidos em Teresina (PI) entre os anos 1955 e 1965. O faz por considerar superadas as querelas acadêmicas que, no início do século XX, excluía as narrativas jornalísticas do horizonte de fontes interessantes à investigação historiográfica, e as colocavam no patamar de documentação viciada pelo compromisso excessivo com a fragmentação do cotidiano, com paixões pessoais dos jornalistas ou comprometimentos financeiros e políticos específicos de cada veículo de comunicação.

Através de tal visada, visada este artigo toma para análise os jornais *O Dominical*, semanário católico fundado em 1948 pela Diocese de Teresina e inicialmente dirigido pelo padre Hermínio Davis Filho, e o *Jornal O Dia*, diário teresinense dirigido por Raimundo Leão Monteiro, fundado em 1951. O objetivo é refletir sobre estas fontes, observando os seus lugares sociais de fala e as relações entre memória, história e periódicos, através das

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Intercom Junior, na Divisão Interfaces Comunicacionais, do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.

<sup>2</sup> Graduada em Comunicação Social - Jornalismo (UFPI); Esp. Comunicação e Linguagens (UFPI); Esp. Comunicação Institucional (UFPI) e aluna do Mestrado em História do Brasil (UFPI) sob orientação da Profa. Dra. Aúrea da Paz Pinheiro



narrativas que abordam Dom Avelar Brandão Vilela<sup>3</sup>, arcebispo da capital entre os anos de 1956 e 1971. Nas narrativas jornalísticas consideradas foram observadas tanto a visão da imprensa sobre a religião católica - no caso do Jornal *O Dia* - quanto os usos que a igreja fez da imprensa escrita no desenrolar cotidiano de suas atividades junto aos fiéis na capital, pelos textos de *O Dominical*.

Considera-se que as fontes impressas não são apenas receptáculos de informação, mas agentes autorizados socialmente a captar, burilar, confrontar e produzir o relato do cotidiano reduzindo a angústia do desconhecimento e da imprecisão que é viver. Seguindo o pensamento de Mariani<sup>4</sup>, os jornalistas organizam o caos acontecimental, geram linhas de racionalização dos fatos quando captados e publicados, inserem realidades e negociando esta legitimação diariamente com seus leitores mediante a busca de provas de sua competência e compromisso com a verdade, emitem os discursos estruturadores do conhecimento de mundo para uma sociedade, dão a ver e a julgar as pessoas nas tensões, problemas e venturas de seu tempo.

Os impressos são vivos na cidade. Mais que instrumentos de captação, são intervenção na vida social, proporcionando narrativas que põe em proeminência pública a política, violência, educação, saúde, cultura e também os aspectos religiosos de um tempo. Dito de outro modo: as transformações conhecidas pela Teresina nas décadas de 1950 e 1960 foram, pode-se assegurar, perseguidas pelo olhar da imprensa. Nesta visão, pode ser percebida a aceleração do tempo, os meandros do usufruto dos espaços públicos e as ações de agentes sociais que, como Dom Avelar Brandão Vilela, foram alçados ao patamar de protagonistas de mudanças estruturais na cidade.

---

<sup>3</sup> Segundo Carvalho (2007), Avelar Brandão Vilela nasceu em 13 de junho de 1912, no município de Viçosa, no estado de Alagoas. Seus pais, Elias Brandão Vilela e Isabel Brandão Vilela, eram proprietários do Engenho Mata Verde, neste município. Foi ordenado padre em Aracajú, no estado de Sergipe, em 27 de outubro de 1935, aonde viria a se tornar professor de Psicologia, Português e Literatura Luso-Brasileira, secretário do Bispado, capelão, cônego, diretor espiritual do seminário, assistente diocesano e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Foi eleito bispo de Petrolina, cidade do estado de Pernambuco, em junho de 1946 pelo Papa Pio XII e sagrado em 27 de outubro no mesmo ano. Como chefe máximo desta Diocese, realizou dois congressos eucarísticos e várias semanas ruralistas de iniciação profissional do Instituto São José. Organizou vários setores especializados em Ação Católica e Instalou a Campanha Nacional de Educação Rural. Ao assumir a diretoria nacional do Movimento de Educação de Base (MEB), projetou-se nacionalmente junto ao episcopado brasileiro. Foi, neste período, vice-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e presidente do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), chegando a coordenar a Conferência de Medellín, na Colômbia, em 1968, quando ainda era bispo da arquidiocese de Teresina. Posteriormente, participou da elaboração do primeiro Sínodo dos Bispos a convite do Papa Paulo VI. Chegou à capital piauiense aos 44 anos, na condição de segundo arcebispo da Arquidiocese de Teresina e segundo presidente da Província Eclesiástica do Piauí, em 05 de maio de 1956. Sua nomeação ao cargo foi decretada pela representação do Vaticano no Brasil, o Núncio Apostólico, na pessoa de Dom Armando Lombardi, exatamente um ano antes de sua posse no cargo

<sup>4</sup> Ver texto da Bethania Mariani, *Imprensa, produção de sentidos e ética*. In: Mídia e Memória. Rido de Janeiro: Mauad X, 2007.



Ainda quando o cenário urbano é marcado por alto índice de analfabetismo<sup>5</sup>, a intervenção social dos impressos permanece, articulando silenciamentos, emitindo vozes, negociando com os leitores os sentidos que se deseja perpetuar no tempo, fermentando culturalmente a sociedade. O jornalismo, a medida que a cidade crescia, também se diversifica nas suas relações com os leitores. Quando os periódicos são campo do caráter multifacetado da cidade, dos diferentes estilos de viver, das diversidades de expectativas, posturas e nuances de grupos sociais, pode-se retirar deles quadros de representação. As narrativas jornalísticas aqui consideradas são, portanto, quadros de representação da cidade de Teresina, na época de vigência do episcopado de Dom Avelar Brandão Viela. Conforme Chartier<sup>6</sup>, o conceito de representação pode ser visto em duas acepções: “é algo que dá a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e o que é representado, e, como exibição de uma presença ou apresentação pública de algo ou alguém”.

Os desdobramentos do consumo dos impressos, que diariamente registram os embates e concordâncias ocorridos nas arenas de poder, são explorados em suas múltiplas abordagens pelo campo historiográfico. Por vezes, os historiadores lançam mão das crônicas que mostram a visão jornalístico/literária de um observador privilegiado do espaço urbano, das colunas femininas, políticas, cadernos policiais ou de outras seções jornalísticas, indicando o que no passado se representou como fator de perturbação da rotina social. Afinal, na seara jornalística, o potencial publicável de um fato corresponde à sua capacidade de quebrar a monotonia cotidiana do momento, construindo, a partir de então, a memória de pequenas rupturas e consensos eclodidos em uma sociedade.

No texto jornalístico do presente, por mais paradoxo que possa parecer, há uma ligação fina com o ontem, que se faz necessária, pois a compreensão do hoje sempre demanda a lembrança mínima dos fatos sucedidos num passado relativamente próximo. Sem essa memória jornalística, a pulverização da notícia seria inevitável, levando consigo o caráter organizador de mundo do qual se reveste a imprensa. Indo mais longe na análise do tempo das narrativas jornalísticas, é possível ver como próprio dos periódicos inserções, nas abordagens do seu presente, de recuos no tempo ou de projeções de futuro. Trata-se de âncora para o exercício da prescrição de alertas e de revisão do passado, encerrando em seu tempo as temporalidades de que o jornal julga ser o interpretador.

---

<sup>5</sup> Segundo Mendes (2003) em 1950, o índice de analfabetismo do Piauí era dos maiores do país: de cada quatro piauienses com dez anos ou mais, três não sabiam ler e escrever.

<sup>6</sup> Ver CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1992. p.17



Neste sentido, na formação de laços do presente com o passado e futuro, os jornais tornam-se centro de convergência de discursos, campo de exposição de chagas sociais, de confronto de grupos ou de associação de idéias, negociando na argumentação que constrói a credibilidade que lhe é essencial hoje. Ou, de outra maneira: os jornais têm seu modo próprio de operacionalizar as memórias embutidas nos seus conteúdos e ao historiador, cabe refletir, lançar críticas e pensar na memória que consta nas representações jornalísticas, entendendo-a enquanto produto da missão de organizar o mundo factual sem perder a oportunidade de afirmar-se como porta-voz social.

Nora<sup>7</sup> criou o conceito *lugar de memória*<sup>8</sup> como uma nova categoria de inteligibilidade histórica contemporânea, através da qual seria possível analisar imprensa em questão. Afinal, os jornais são um campo de memória para a sociedade, que se lança no exercício de reflexão do passado, sendo o historiador um personagem destacado desta reflexão, pois faz disso seu ofício ou o sentido primordial de seu labor.

A interface moderna entre jornalismo, história e memória, segundo Barbosa<sup>9</sup> já segue por mais de três décadas. Ela elabora o contato entre os campos historiográfico e jornalístico a partir de cinco grandes eixos de análise, que fariam a respeito dos trabalhos produzidos até início do século XXI, dentre os quais estão: os estudos que se utilizam de uma perspectiva meramente factual; os que priorizam as modificações e a estrutura interna dos jornais como fator de mudança no curso da história; os que oferecem os meios de comunicação como portadores de discursos políticos e ideológicos; o que enfatizam o contexto histórico, desconsiderando a dimensão interna do meio e, finalmente, os que consideram as dimensões da História e da Comunicação enquanto campos no quais devem ganhar relevo: o conteúdo, o produtor das mensagens e a forma como o público entende os sinais emitidos pelos meios. É este último eixo, “que contempla o que podemos chamar de dimensão interna e externa do processo comunicacional numa perspectiva histórica”, que se enquadra este ensaio, excetuando a preocupação com a forma pela qual o público entende dos sinais emitidos pelos meios.

Diante das fontes levantadas e da problemática escolhida para esta pesquisa, os jornais impressos de Teresina da segunda metade da década de 1950, não são analisados na pesquisa como os únicos agendadores, produtores ou testemunhas da versão historiográfica.

---

<sup>7</sup> Ver texto de Pierre Nora. *Entre Memória e História. A problemática dos lugares*.

<sup>8</sup> Segundo Nora, “lugar de memória é unidade significativa, de ordem ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória e de uma comunidade qualquer”

<sup>9</sup> Ver artigo *Meios de Comunicação e História: um universo de possíveis*, de Marialva Carlos Barbosa, mestre e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. In: *Memória e Mídia*. 2007. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.



Concordando com colocou Rego<sup>10</sup>, estes não analisados enquanto donos exclusivos de uma verdade, mas pela perspectiva que os considera instituições reconhecidas socialmente, publicadoras de olhares sobre uma cidade em seu tempo e elaboradores de representações da realidade. Afinal, em sua oficina cotidiana se reportaram ao país, à região nordestina e à capital piauiense com os seus atores sociais, sendo um deles Dom Avelar Brandão Vilela. Os periódicos expuseram inclusive a si mesmos, uma vez que nos textos produzidos reportaram-se várias vezes às publicações jornalísticas elaboradas pelos seus pares e à sua própria conduta social.

### **Narrativas jornalísticas e o lugar social da imprensa escrita**

Afinal, como estes jornais/jornalistas construíram, a partir de um pensar acerca do arcebispo, narrativas sobre o catolicismo em Teresina e a respeito da imprensa como ferramenta de interação católica? Pensar neste “modo” requer de partida uma conceituação de narrativa. Para Motta<sup>11</sup>, narrar é “a tradução do conhecimento objetivo e subjetivo do mundo, o conhecimento sobre a natureza física, as relações humanas, os valores, as crenças, a identidades e representações em relatos”. Pelos enunciados narrativos, nos tornamos capazes de colocar as coisas em relação umas com as outras, trabalhar ordens e perspectivas e compreendermos as coisas do mundo. Narrar, portanto, é atitude do presente que se defronta com ações do passado.

O relato narrativo põe em perspectiva ações históricas e inclui exercícios de memória. Na prática, o narrador se investe na organização narrativa e solicita determinada interpretação por parte de seus destinatários, como se faz no jornalismo. Portanto, falar de narrativas jornalísticas é evocar que a imprensa não produz textos ingênuos. Como integra um processo, este tipo de narrativa flui em permanente construção, afetada ainda pelos compromissos editoriais no campo da produção e interpretações múltiplas que o público elabora ao seu contato. Portanto, a análise do corpo destes jornais, dá-se pelo que Motta<sup>12</sup> denomina de análise pragmática da narrativa jornalística, ou seja, uma metodologia cujos procedimentos de análise se debruçam sobre o conjunto de notícias de um mesmo tema, publicadas dia a após dia, para em seguida empreender reflexão sobre aquilo que a dinâmica jornalística separou. Afinal, é assim que o leitor percebe as narrativas e constrói sua memória, paulatinamente,

---

<sup>10</sup> RÊGO, Ana Regina Barros. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2000. 2 v. (CD-ROM e livro).

<sup>11</sup> Ver artigo *Análise pragmática da narrativa jornalística*, de Luiz Gonzaga Motta. In: *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Claudia Lago e Marcia Benetti (orgs.). Petrópolis, Editora Vozes:2007.

<sup>12</sup> Op. Cit.



recebendo e reestruturando novos elementos a cada notícia unitária; passando a um construto contínuo da realidade que vai vivendo.

Lançar mão da imprensa como fonte histórica requer uma análise circunstanciada do seu lugar social, observando de quais *locus* de fala os textos são lançados e dados a circular com a pretensão de construir história. Afinal, segundo Barbosa<sup>13</sup>, há no jornalismo, o desejo de construir narrativas para o futuro, que fiquem registradas e sejam dignas de consultas num tempo vindouro. De fato, o consumo diário não esgota consumos futuros, e a publicação de idéias nos jornais fala de credibilidade e perenidade, de registro histórico, enfim, de valores que o jornalismo quer identificar com sua própria atividade.

O jornalismo impresso piauiense existe há 176 anos<sup>14</sup>, a contar da data de publicação, em Oeiras, do primeiro número do jornal *O Piauiense*, estipulada na segunda metade de 1832. Com a circulação do semanário de caráter político, a Província do Piauí torna-se, segundo Pinheiro Filho (1997), a décima quinta província brasileira a possuir um periódico impresso, marcando admiração diante da “pobreza do meio e deficiências de instrução do povo”. Em seus primeiros números, os jornais piauienses do século XIX, trouxeram a marca da produção jornalística intimamente relacionada à atividade política ou aos grupos que exerciam influência política. Said (2001) coloca que tal vinculação era considerada socialmente legítima, pois “se acreditava no papel político do jornalismo e se supunha que o mesmo estava ligado à defesa dos interesses da administração pública”. Segundo entende, a imprensa escrita tornou-se “uma atividade de elite, reservada apenas àqueles que possuíam prestígio social, intelectual ou político.[...] Jornalismo e política se confundiam”.

Cem anos depois da fundação em Teresina do jornal *A Ordem*, em 1853, as representações sobre o fazer jornalístico impresso haviam se modificado pelas conjunturas políticas e sociais, embora persistissem as ligações destes, declaradas ou tácitas, aos partidos políticos. No entanto, em que cenários estavam imersos os jornais dos anos 1950?

Em estudo sobre economia e desenvolvimento do Piauí, Mendes<sup>15</sup> caracteriza os anos 1950 como o período em que o Piauí sofria uma de suas piores crises econômicas. As riquezas e divisas estaduais possibilitadas pelo ciclo do extrativismo nos maniçobais e carnaubais já não existiam, deixando os cofres públicos desabastecidos e impossibilitados de investimento em áreas sociais. O comerciante Pedro de Almendra Freitas (1950-1954), do PSD, governava

---

<sup>13</sup> Idem nota 09

<sup>14</sup> Calcula-se a partir de 1832, data inicial do jornal *O Piauiense*, apontada por Celso Pinheiro Filho na obra *História da Imprensa no Piauí* (1997), 3ª. Edição, Teresina, Editora Zodiaco; até o mês de setembro de 2008, quando foi finalizado este ensaio.

<sup>15</sup> Ver de Felipe Mendes, *Economia e Desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.



o Estado quando o número de habitantes superou a casa de um milhão - cerca de 1.046.669 pessoas conforme o senso demográfico daquele ano. À época, o Piauí possuía 49 municípios vivendo o início das mudanças de habitantes das zonas rurais para as urbanas. Porém, 84% ainda habitava as zonas rurais. Já a capital Teresina, com 90.723 habitantes, representava menos de 9% da população total do Estado, que como um todo, amargava um índice de analfabetismo dos maiores do país: de cada quatro piauienses com dez anos ou mais, três não sabiam ler e escrever. A partir da metade da década, Teresina viveu a ampliação da capacidade de sua Usina Termoelétrica, fundada no governo Rocha Furtado (1946-1950). Contudo, em todo o Piauí, apenas 17 localidades contavam com energia elétrica produzida por geradores que abasteciam a cidade até as 21 horas. Quanto às comunicações, somando as linhas telefônicas da capital com as de Parnaíba, chegava-se a apenas 700 aparelhos em todo o estado.

Até 1956, quando o Governo do Estado tomou as primeiras medidas para se organizar administrativamente com vistas a enfrentar o problema do subdesenvolvimento, atitude já tomada por outros estados do Nordeste, o Piauí esteve entregue à própria sorte, preocupado com questões políticas locais e sem olhar para o desenvolvimento que ocorria em seu entorno. No entanto, a partir daquele ano que o cenário político e econômico sofreu a entrada de novas idéias no contexto social. Um agente dessas idéias transformadoras citado por Mendes<sup>16</sup> é Dom Avelar Brandão Vilela. Segundo ele, “em 1956, com a chegada do novo arcebispo, ocorreram significativas mudanças de rumo que precisava o Piauí. Alagoano de família agroindustrial, veio com uma visão dos problemas sociais sintonizada com o Nordeste”.

No fim do governo de Jacob Gayoso e Almendra (1954-1958) e ao longo de todo o mandato de Chagas Rodrigues (1958-1962), do PTB, o setor público estadual buscou adaptar-se ao Brasil em mudança. Medeiros<sup>17</sup> fala que o seu mandato começou em clima de dinamismo, com a Criação da Companhia de Desenvolvimento do Nordeste colocando a situação Nordestina em debate. Como a política de aceleração do crescimento econômico do governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), batia às portas do Estado, Chagas Rodrigues definiu um estilo de governo desconhecido até então no Piauí, com mobilização popular e forte uso da mídia. Mantinha um programa na Rádio Clube, denominado “Falando com o Povo” e recebia a imprensa semanalmente para dar entrevistas, além de conceder periodicamente longas entrevistas pelo rádio. A preocupação desenvolvimentista do governo

---

<sup>16</sup> Op. Cit.

<sup>17</sup> Ver o obra de Antônio José Medeiros. *Movimentos Sociais e Participação política*. Teresina: CEPAC, 1996.





Chagas Rodrigues buscou se concentrar no industrialismo, no planejamento e na modernização institucional. A partir de 1955 foram implantadas assessorias de governo e de instituições ligadas ao desenvolvimento econômico e agropecuário, aumentando o poder estatal no direcionamento da economia. É dessa época a criação do FRIPISA (1957), da CEPISA (1959), TELEPISA (1960) e AGESPISA (1962), para gerir serviços de abastecimento de água, energia, comunicações telefônicas do Estado.

Foi nesse cenário político e econômico que trabalharam os jornais, guardadas as diferenças pertinentes à sua origem, aparência gráfica, ligações políticas e linhas editoriais. Não possuíam as características de separação de matérias por editoriais ou dedicação ao aspecto factual e noticioso dos acontecimentos nos moldes do jornalismo atual. A fase vigente era a em que os textos sofriam uma organização tal no suporte gráfico que era comum encontrar artigos distribuídos por duas ou até três páginas diferentes, com ou sem prévio aviso ao leitor, dificultando a finalização das leituras. O tom das publicações era marcado por forte opinião. Quanto à estruturação no mercado, vivia-se no Piauí, as modificações que na imprensa brasileira datam das décadas iniciais do século XX: abandono das técnicas artesanais de produção e entrada de novos maquinários de impressão e produção, mais afinados com o objetivo de lucrar através da comercialização de edições diárias. A administração dos jornais passou a ser mais racional, com prédios específicos que uniam redação e gráfica, colaborando assim, para a otimização dos recursos e redução de despesas de manutenção.

O número de jornalistas é reduzidíssimo no Piauí da década de 1950, como coloca o próprio jornal *O Dia*, na edição do dia 16 de fevereiro de 1956. Em 1952, parte deste pequeno número começou a se mobilizar, fundando a Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí, com a presidência sendo ocupada por A. Tito Filho. A categoria engajou-se em torno de lutas pelo prestígio da profissão, aquisição de sede própria para sua entidade e maior influência social. O jornalista tentava, então, se descobrir como profissional e solicitava à sociedade maior reconhecimento. Cobrindo o cotidiano com textos jornalísticos carregados de opinião, os periódicos falavam das relações entre imprensa e governos, pela perspectiva das garantias que a atuação dos primeiros dariam ao bom andamento dos segundos. *O Dia*, na edição de 20 de março de 1956, nota o aparecimento repentino de muitos periódicos na capital, contudo, não condena o aparecimento dos jornais, pois as críticas e controvérsias resultantes dariam mais calor à vida democrática e abririam os olhos dos governantes no trato da coisa pública. Arremata que “os governos livres das críticas, facilmente desmandam”.





O lugar social dos jornais era o de forte fermentação intelectual e cultural, de campo de convergência para onde confluíam olhares desejosos de entender o espaço público e seus personagens e de trabalhar mensagens que ficassem na memória, negociando sentidos com vozes múltiplas, desde que ganhassem um lugar ao sol nas páginas impressas.

### ***O Dominical e O Dia: memórias, mídias e arcebispo***

Dizia Coelho Neto que a casa da saudade chama-se Memória: é uma cabana pequenina que se localiza a um canto do coração. Realmente amanhecendo hospedado na cada da Memória, senti saudade, a bela saudade, junto a mim e debaixo do mesmo teto. [...] Voltei-me para 30 anos atrás, quando do dia festivo da ordenação sacerdotal daquele jovem viçosense que se chama Avelar. Reportei-me aos dias, também, em que ingressamos ainda crianças no Seminário Arquiepiscopal de Nossa Senhora da Assunção, lá do alto do Jacutinga, a cobrir à distância o horizonte e o mar. [...] Viera ele de Viçosa, sentado no vagão de passageiros, acompanhado do seu ilustre tio Brandão Vilela.[...] O menino Avelar era chorão, demasiadamente saudoso da casa grande do Engenho de seus avós e pais. Enquanto eu refletia a agilidade do sertanejo, cheio de travo do amargor cruel da ensolarada região do sudoeste, ele era manso, silente, tranqüilo, como se refletisse o açúcar da sua vida adocicada, desde que nasceu senhoral.[...] Neste instante histórico em que se bifurcam os caminhos da pátria, foi Dom Avelar Brandão Vilela, para honra nossa, eleito primeiro vice-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Quem sabe, ainda não será um dos futuros cardeais do meu País...! (NETTO. *O DOMINICAL*. 10 de janeiro de 1965, p.05)

A longa citação foi extraída do artigo *Menino de Viçosa*, de autoria do deputado federal Medeiros Netto, publicado no semanário *O Dominical*<sup>18</sup>, e nela estão encerrados pontos de visibilidade das complexas negociações entre sociedade, produtores de informação, população teresinense e o próprio arcebispo em meados da década 1960, quando o regime militar já havia sido deflagrado.

À época, o semanário de orientação católica já havia sofrido interferências significativas na sua linha editorial, ainda que permanecesse sob a orientação geral do arcebispo metropolitano. Novas frentes de notícias foram encampadas, abrindo-se críticas ao regime militar pela fome que atingia o Brasil, à penosa situação salarial dos operários locais e à perseguição a membros da igreja pela polícia de censura. Outra marca foi a abertura de seções para a divulgação de piadas, chamada *Risolândia*, de notícias esportivas e da programação do Cine Rex e Teatro 4 de Setembro. As publicidades estampavam ainda mais as páginas, garantido a impressão e pagamento dos funcionários da redação localizada à rua Olavo Bilac, número 1228. Nesta fase, jornalistas, e não religiosos, estiveram à frente da diretoria geral:

---

<sup>18</sup> Ver edição do dia 10 de janeiro de 1965, na página 05.



Joaquim Castro Aguiar, jornalista e bacharel em Direito ocupou o cargo em 1964 e no ano seguinte o antigo secretário Francisco Rodrigues dos Santos o substituiu quando teve de se afastar por motivos de saúde.

Ainda publicado em tamanho tablóide, contudo visualmente mais limpo, com valorização de espaços em branco e predileção pela apresentação da matéria inteira em uma única página, sem quebras e continuações, *O Dominical*, afastou-se do conteúdo exclusivamente católico reinante desde a fundação em 1948, por Dom Severino Vieira de Melo, primeiro arcebispo metropolitano. A análise dos contrastes que o periódico assumiu em dez anos cabe neste artigo, pois é sinal de modificações nos valores, nas demandas sociais por informação e no cenário político econômico e cultural aos quais desejou responder. Revisando a si mesmo, atualizou os contratos adjacentes entre público e imprensa, que como naturalizações, costumam apresentar os jornais como depósitos de memória, de denúncia, de cobrança, de alerta aos perigos que fissuram a ordem social, de campo para a resolução de conflitos, espaço de socialização de costumes, idéias e de visibilidade dos atores do poder.

Da memória do companheiro de seminário de Dom Avelar Brandão Vilela - viva de imagens, detalhes quanto a vestimentas e posturas de dois garotos no momento de um rito de passagem - emerge o arcebispo frágil, chorão, capitulado pelas saudades de sua origem abastada de neto e filho de senhores de engenho. O deputado federal revela aspectos que contrastam com a imagem construída até então pela imprensa escrita de Teresina: um Dom Avelar sempre ao lado dos pobres, identificados com eles, como um deles. Um homem forte, de personalidade reta, íntegra e corajosa, incansável e inabalável. Aliás, dentro do seu próprio texto esta torção ocorre, pois, se nas primeiras linhas está o homem frágil e estranho ao religioso que o Piauí conhecia há nove anos; na porção final as adjetivações soam familiares à memória construída, ao consenso que sempre põe Dom Avelar como homem extemporâneo, comprometido com causas sociais, aliado dos pobres e identificado com eles, não nos paramentos impecáveis de arcebispo, dos quais nunca lançava mão, mas nos gestos junto ao poder público para a prestação de favores assistenciais. Esta memória enquadrada, pensada aqui nos termos de Pollak, mostra o semanário católico como mais que um suporte de papel depositário de lembranças<sup>19</sup>. Estão ali contidas disputas de memórias. Medeiros Netto, de sua

---

<sup>19</sup> Ver texto Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, N.5, 1989. P. 5-12. O conceito de memória em disputa é trabalhado através de exemplos ocorridos com as vítimas e deportados dos campos de concentração na Alemanha, e alude às *lembranças individuais e de grupos que perduram ao longo do tempo opondo-se à memórias oficiais e são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e ou política, (...)zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante*. Já enquadramento de memória é trabalho que reinterpreta o passado em função do presente e mediante matizes limitadas de construção arbitrária.

intimidade conquistada na convivência de anos em seminários de Maceió e Aracaju, e da cadeira de deputado que ocupa na Câmara Federal retira a credibilidade para a publicação de suas lembranças; reforça o enquadramento e acrescenta o seu tributo à disputa por uma memória mais elaborada, próxima da verdade sobre Dom Avelar Brandão Vilela.

Dez anos antes da publicação do *Menino de Viçosa, O Dominical*, entrava no jogo da desconfiança para com os meios de comunicação, principalmente rádio, televisão e cinema. Pelas narrativas apresentadas, as mídias nasciam da secularização, corrompidas pelo desejo de evasão social do homem, de individualismo e consumo. Por isso, precisavam ser salvas. A postura da Santa Sé era a de salvação dos conteúdos midiáticos pela via exclusiva da parceria com a Igreja Católica. Da articulação entre arcebispos, bispos, padres e comunidade com a Comissão Pontifícia de Cinema, criada em 1948 na cidade do Vaticano, saíam estudos que pudessem identificar abusos nas mensagens transmitidas. Em *O problema radiofônico*, matéria assinada por Josemir Dias Valverde<sup>20</sup>, foi colocada a crítica à programação radiofônica brasileira, centrada no jornalismo, entretenimento, comércio, esportes e somente por último à programação “edificante” do ponto de vista da igreja. Sua ponderação, em tom de indignação, dizia que:

Segundo o I.B.G.E., tínhamos em 1950, espalhados pelo Brasil 300 radio emisoras, perfazendo um total de 1.070.495 horas de irradiação anual de programas vários.[...] Com cifras insignificantes encontramos programas que de algum modo contribuem para a educação cívica e moral dos rádio-ouvintes. Mais isto não é de admirar num país que tem com coisas sérias o futebol o jogo do bicho e a praia [...]. Locutores se tornam criminosos por fazerem do rádio um instrumento de corrupção moral e intelectual e espalharem a desonra. [...] Apenas 4.024 horas de irradiação anual é bem mais consoladora, pois são programas que contribuem para que os rádio-ouvintes conheçam a sua fé e os meios seguros de orientar os seus atos para Deus. (VALVERDE. *O DOMINICAL*. Edição de 10 de abril de 1955. p. 2)

A liberdade de comunicação era a que se igualasse ao comprometimento absoluto aos dogmas católicos, sendo os descomprometidos conceituados como subversivos ou pornográficos, desagregadores das famílias. Daí a prescrição lançada nas capas de *O Dominical*, a depender da sobra de espaço na margem gráfica, como na edição de 22 de maio de 1955: “trabalhe pela boa imprensa, contra a imprensa pornográfica e subversiva”.

Voltando olhares para as narrativas jornalísticas publicadas no *O Dia*, as negociações estabelecidas são outras, a princípio em decorrência da configuração do veículo em si. Daqui em diante, a visada de análise, portanto, desloca-se do modo de como um semanário católico

---

<sup>20</sup> Ver *O Dominical* na edição do dia 10 de abril de 1955. P. 2

estabelece negociações e com a imprensa e seus leitores, para as relações entre catolicismo, jornalistas e leitores que são dadas a ver por meio do jornal comercial.

O jornal *O Dia*, chega ao ano de 1955 intitulando-se como “órgão independente, noticioso e político”, seguindo linha política de oposição ao governo do PSD. Dirigido por Raimundo Leão Monteiro e com redação de Orisvaldo Bugya Britto, é abordado por Pinheiro Filho<sup>21</sup> como um periódico ressurgido, pois publicado inicialmente em 1923 por Abdias Neves, mas com vida curta: durou só dois anos. Reaberto em 1º de fevereiro de 1951, veiculava às quintas-feiras e domingos pela manhã com seis páginas em cada edição e era vendido ao custo de dois cruzeiros. Suas redação e oficinas ficavam localizadas à Rua Lizandro Nogueira, número 1.384, no centro da cidade. Sendo arrendado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, do governador Chagas Rodrigues, em 1962, o jornal foi posteriormente comprado pelo coronel do Exército Otávio Miranda, que o modernizou graficamente e tentou desvinculá-lo da crítica ou apoio político-partidário explícitos. Até o momento de fechamento deste ensaio, era o mais antigo periódico em circulação em Teresina.

*O Dia* passou a trabalhar as pautas alusivas às ações da Igreja Católica, a partir do ano de 1955, quando Dom Avelar Brandão Vilela fora eleito arcebispo de Teresina, com algumas particularidades: a compra exata dos sentidos ofertados pela igreja católica no momento de composição de imagem do religioso para a apresentação ao povo do Piauí. Nas edições imediatamente anteriores à posse, ocorrida em 05 de maio de 1956, foi publicado o calendário de solenidades que marcaria a chegada oficial do novo pastor. Houve um esforço especial por parte da igreja católica local, principal fonte dos textos, de enviar previamente aos meios de comunicação informações oficiais sobre o arcebispo, com teor adjetivado.

No dia 05 de maio, um sábado, a partir das 16 horas, haveria recepção no aeroporto com autoridades políticas e pastorais, entrega da chave da cidade ao religioso pelo prefeito Agenor Barbosa, carreatá até a Igreja do Amparo, recepção com discurso do intelectual Auto de Abreu; caminhada até à Igreja de Nossa Senhora das Dores com saudação popular nas ruas feitas por estudantes de escolas públicas e privadas, recepção com honras militares em frente ao templo, realização da cerimônia de posse e em seguida caminhada ao Palácio Episcopal com novo cortejo. A programação prévia já considerava certa a presença popular nas ruas e a recepção calorosa que o povo daria ao arcebispo. Noticiando a entrega da chave da cidade pelo prefeito, a imprensa representou a abertura e a reverência que as autoridades locais prestavam ao religioso. No domingo, dia 06 ainda aconteceriam, aconteceriam: solenidade

---

<sup>21</sup> Ver Celso Pinheiro Filho. *História da imprensa no Piauí*. 3. ed. Teresina: Zodíaco, 1997.P. 232.



pontifical na igreja de Nossa Senhora das Dores, banquete oferecido pelo governo do Estadual no Palácio de Karnak e jantar no Teatro 04 de Setembro. Portanto, o arcebispo, já chegara à cidade com a imagem previamente construída, amalgamadas na ansiedade do clero local por mudanças, num trabalho de relações públicas da igreja local e nas ações previamente realizadas por Dom Avelar, em Petrolina. Os jornais incorporaram o esforço institucional de garantir ao religioso uma recepção calorosa, consolidando o prestígio da religião católica como organização mobilizadora da sociedade e, de certo modo, estabelecendo com ela relações que iriam garantir importância jornalística ao passo que o arcebispo tomaria nos anos seguintes.

Ao programar sua posse no cargo em Teresina, o próprio Dom Avelar encaminhou a todos os veículos de comunicação, texto personalizado ao diretor e extensivo aos funcionários, convidando para as cerimônias de posse. Evitando mediadores, seu gesto pessoal, sinalizava para o desejo de uma relação mais próxima com os veículos de comunicação<sup>22</sup>.

O jornal *O Dia* também divulgou críticas ao arcebispo. Como consta na matéria publicada pelo jornalista Orlando C. Rollo, na edição de 11 de julho de 1957, o periódico *O Compasso* veiculou o texto *Presença de Petrolina*, na sua primeira edição do mês de julho com críticas que feriram a honra do arcebispo de Teresina. Em que pese este exemplar de *O Compasso* não estar disponível à pesquisa no Arquivo Público, é possível perceber em *O Dia* reação originada pela mácula da imagem cristalizada do arcebispo. A imprensa registrava de imediato as repercussões, as monções de apoio e de desagravo, demarcando nomes que compunham os dois lados da questão: quem criticava e quem era ofendido. Desse modo, organizava numa dualidade pouco esclarecedora os fatos ao leitor: colocava quem era amigo e quem se levantava contra a igreja católica, mas os representava em matérias que nem sempre explicavam a fundo o teor das intrigas. O jornal posicionava-se diante das celeumas participando das situações, mas o leitor não tinha a mesma oportunidade.

Condenando a crítica do jornalista de *O Compasso*, *O Dia* passa a refletir sobre a ética na profissão, sempre no limiar entre a missão pública, que tem como fim o bem social, e a prática remunerada como outra profissão qualquer. Aborda o papel dos veículos de comunicação na cidade, frente ao povo e ao poder público, e ao final não encontra na argumentação do jornalista agressor fundamento que justificasse às críticas feitas ao arcebispo. No entanto, em nenhum momento detalha os motivos das acusações, nem explica o

---

<sup>22</sup> Ver *Convite in: Jornal O Dia*, edição de 08 de abril de 1956. p. 02



lugar de fala do jornalista. As razões da celeuma, para o leitor, permanecem inacessíveis e Dom Avelar é representado como o mobilizador injustiçado porque incompreendido pelos que não entendem ações desenvolvimentistas do Piauí.

### **Considerações finais**

A igreja negociou com a imprensa, pelas ações protagonizadas por Dom Avelar, modos de angariar visibilidade e apoio as ações institucionais, que permitissem a sobrevivência da própria igreja católica. As narrativas jornalísticas atuaram justificando e naturalizando a missão católica de orientar fiéis na ideologia cristã, e principalmente deram o suporte público para as ações assistenciais voltadas aos pobres. Afinal, o povo, pelas representações jornalísticas, não somente ansiava um chefe espiritual para a Diocese de Teresina, como esperava mais ações de sua parte, uma vez que assumira cargo tão proeminente quanto o de um político eleito por voto direto. Nas suas relações com os jornais impressos, e com a sociedade Teresinense através dos jornais, Dom Avelar Brandão Vilela foi político, fomentador de uma visão sobre a igreja católica intimamente identificada com sua imagem, ao ponto de ambas chegarem a se confundir.

O semanário católico por sua vez tentou salvar, pela via da observação, das denúncias e envios de alertas à população exposta aos meios de comunicação de conteúdo corrompido e distante dos valores sagrados do cristianismo. Não era, portanto, a Santa Sé ou as autoridades eclesiais locais que deviam adaptar-se às mídias em crescente audiência, mas a imprensa, não importando de que natureza que deveriam adaptar-se rapidamente ao ideário católico, em nome do bem de todos.

Ambas as fontes impressas e os seus respectivos produtores atuaram como instrumentos discursivos, construindo a Teresina de mudanças, avanços e contestações, mas em sua maioria identificada, nas suas carências, com quem chamavam constantemente de “amado pastor”.

### **Referências**

#### **Bibliográficas**

BARBOSA, Marialva Carlos. Meios de Comunicação e história: um universo de possíveis. *In:* FERREIRA e RIBEIRO (orgs.). *Mídia e Memória, a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARVALHO, Dagoberto de. *História Episcopal do Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras. 1980.



CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

MAINWARING, Scott. *Católica e Política no Brasil – 1916/1985*, São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

MARIANI, Bethania. *Imprensa, produção de sentidos e ética*. In: *Mídia e Memória*. Rido de Janeiro: Mauad X, 2007.

MEDEIROS, Antônio José. *Movimentos Sociais e Participação política*. Teresina: CEPAC, 1996.

MENDES, Felipe. *Economia e Desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise pragmática da narrativa jornalística*. In: *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Claudia Lago e Marcia Benetti (orgs.). Petrópolis, Editora Vozes:2007

NORA, Pierre. *Entre memória e história; a problemática dos lugares*. Revista do programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1981.

PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3. ed. Teresina: Zodiáco, 1997.

POLLAK, Michel. *Memória e Identidade Social*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos. Vol. 05, nº 10, 1992

RÊGO, Ana Regina Barros. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2000. 2 v. (CD-ROM e livro).

ROMANCINI, Richard. *História e jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa*. In: *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

SAID, Gustavo Fortes. *Comunicações no Piauí*. Editora Academia Piauiense de Letras - convênio com Banco do Nordeste: Teresina, 2001.

## **Hemerográficas**

### **Jornal O Dia**

*Tópicos e notícias in: Jornal O Dia*, edição de 20 de março de 1956. p. 02.

*Programa de Recepção in: jornal O Dia*, edição de 03 de maio de 1956; p. 02.

*Convite in: Jornal O Dia*, edição de 08 de abril de 1956. p. 02

*Cartas do Rio in: Jornal O Dia*, edição de 10 de maio de 1956. p. 03

*Nosso Aniversário in: Jornal O Dia*, edição de 02 de fevereiro de 1956, p. 01.

*Tópicos e Notícias in: Jornal O Dia*, edição de 07 de julho de 1957 p.04.

### **Jornal O Dominical**

*O problema radiofônico in: O Dominical* . Edição do dia 10 de abril de 1955. p. 2

*O menino de Viçosa in: O Dominical*. 10 de janeiro de 1965 p.05